

Prezado Cidadão,

1 - A Contribuição de Iluminação para o Custeio da Pública - CIP foi criada pela Lei 16.833, de 28 de dezembro de 2002, a qual deu nova redação para o Título IV do Código Tributário do Município - CTM, Lei 15.563, de 27 de dezembro de 1991, em seus artigos 68 a 73-B. O tributo teve ainda seu regime alterado pelas Leis 17.070, de 30 de dezembro de 2004, 17.770, de 12 de janeiro de 2012 e 18.204, de 28 de dezembro de 2015. O texto anotado do Código Tributário do Município, com referências às alterações citadas, pode ser acessado através do link http://www.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/portalfinancas/uploads/pdf/Informacoes_Tributarias/INFORMACOES_CT_M_SEM_LEI.pdf

2 – O Valor da CIP, nos termos do art. 71 do CTM , tem como base de cálculo a Tarifa Convencional de Iluminação Pública TCIP, correspondendo suas alíquotas às quantidades de TCIP constantes da tabela trazida pelo dispositivo.

3 – Conforme referências constantes das anotações do CTM, nos últimos 5 (cinco) anos houve alteração na forma de cálculo da CIP trazida pela Lei 18.204, de 2015.

Atenciosamente,